

## OS DOMÍNIOS DA ANTROPOLOGIA

JOSÉ A. ORTA \*

"Digamo-lo claramente, não existe nenhum princípio ou axioma teórico que permita atribuir um conteúdo exclusivo à antropologia, constituí-la num domínio de pesquisa definitivamente limitado, fechado sobre si próprio porque votado à análise de realidades especiais e exclusivas. Ou melhor, existe de facto um princípio de constituição do campo da antropologia, mas é sobretudo negativo e fundado em razões práticas e não numa qualquer necessidade teórica. Na prática, a antropologia nasceu da descoberta de um mundo não ocidental pela Europa e do desenvolvimento das diversas formas de dominação colonial do Ocidente sobre o mundo (...). Pouco a pouco, constitui-se um campo de estudos, povoado de todas as sociedades não ocidentais que o ocidente descobriu na sua expansão mundial e que os historiadores abandonaram aos antropólogos desde que o seu estudo não pudesse apoiar-se em arquivos escritos que permitissem igualmente datar os monumentos e os traços materiais de uma história passada e desde que fosse necessário recorrer à observação directa e ao inquérito oral." (1)

É assim que Maurice Godelier define a origem histórica da consagração do campo da antropologia, campo que tradicionalmente se orienta para o estudo das sociedades correntemente chamadas de "exóticas", "primitivas" ou "arcaicas".

Mas esta recente definição dos horizontes da antropologia no que concerne o estudo de certas sociedades humanas não deve negligenciar um outro aspecto, ou se quizermos, uma outra antropologia que se ocupa dos aspectos biológicos do homem nas suas dimensões filogenéticas e morfológicas. Estamos a referir-nos à bioantropologia ou antropologia física, que, segundo Bernardo Bernardi "estuda as formas e as estruturas do corpo humano" (2) e se opõe à "antropologia cultural [que] indaga o significado e as estruturas da vida do homem como expressão da sua actividade mental". (3). Escapa a este autor a dimensão histórica/evolutiva do homem, dimensão que designamos por processo de hominização. Mas este problema não pertence exclusivamente ao campo da antropologia física; a biologia também o enquadra nas suas investigações e no seu edifício teórico. Por essa razão, o posicionamento mais adequado para esta problemática do conhecimento, que ocupa um território científico de fronteira entre a antropologia e a biologia é, naturalmente, a bioantropologia.

Mas a ambiguidade do termo impôs-se: *A Société d'Anthropologie* (de Paris) define-a como "ciência de todo o homem" e restringe-se "exclusivamente ao estudo paleontológico e morfológico da anatomia humana e, portanto, das ra-

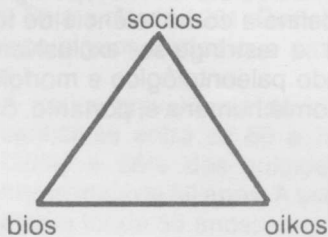
\* Docente da ESE de Beja

ças...".<sup>(4)</sup> Da mesma forma, a *Anthropological Society of London* limita a antropologia aos "aspectos anatómicos da etnologia".<sup>(5)</sup>

Ora os estudos paleontológicos que servem de base à reconstrução teórica do processo de hominização andam, naturalmente, de par com a arqueologia. Contudo o antrolólogo norte americano Mischa Titiev afirma que "um dos atributos que distingue o antrolólogo cultural é o conhecimento da arqueologia".<sup>(6)</sup>

Vemos, através destes exemplos, a dispersão e os desencontros teóricos que atravessam a definição do campo da antropologia. Partilhamos a opinião daqueles que sugerem :a existência de uma antropologia sociocultural cuja especificidade consiste em se dedicar ao estudo dos aspectos da organização social das sociedades humanas e das suas produções quer ao nível dos artefactos, quer ao nível das produções noológicas<sup>(7)</sup>, centrada tradicionalmente no estudo das sociedades periféricas<sup>(8)</sup>; e que sugerem ainda a existência de uma bioantropologia que se ocupa, como atrás referimos, com o estudo da dimensão biomorfológica do homem, nomeadamente do processo de hominização.

Referir as especificidades de uma e de outra pode ser feito. Definir a fronteira entre elas, parece-nos, contudo, tarefa inglória. Porque a cultura humana não nasce do nada, não é uma criação ex-nihilo. Ela só é possível porque existe uma sociedade humana que a produz e essa sociedade humana edifica-se sobre um suporte informacional genético que é, simultaneamente, matéria prima para o *socios* e modelador desse *socios*. A cultura surge da dialógica das interfaces



A realidade humana é uma totalidade biopsicocultural. Não há cultura fora da natureza. A cultura humana só se compreende pela natureza humana, sendo ela própria também uma das manifestações da natureza. Como podemos, por exemplo, compreender a linguagem que é social sem a existência de uma metalinguagem que é biológica e que a produz, metalinguagem que só se actualiza por intermédio da acção da linguagem ?

Mas deixemos estes problemas para outros contextos.

## O CAMPO DA ANTROPOLOGIA SOCIOCULTURAL

Vejam os quais as sociedades tradicionalmente estudadas pela antropologia, como sublinhámos com as palavras de M. Godelier no início deste artigo. Ao contrário daquilo que pensam aqueles que estão afastados desta problemática, os povos primitivos não se organizam por toda a parte da mesma forma. De facto, aquilo que ressalta ao especialista é "a gigantesca diversidade dos modos de produção e das sociedades estudadas pela antropologia, diversidade que vai desde os últimos bandos de Bushman, caçadores-recolectores do deserto do Kalahari, até às tribos de horticultores dos altos planaltos da Nova-Guiné, das tribos agrícolas produtoras de ópio e empregues hoje como mercenários na guerra do Sudoeste Asiático até às castas e sub-castas da Índia; dos reinos e Estados Africanos ou Indonésios tradicionais hoje integrados em jovens nações em formação até aos impérios pré-colombianos desaparecidos...; das comunidades camponesas do México às da Turquia, da Macedónia e do País de Gales. Tal é a amplitude do espectro das realidades analisadas pela antropologia".<sup>(9)</sup>

## AS SOCIEDADES AFRICANAS TRADI- CIONAIS

A título de exemplo, propomo-nos tratar apenas três tipos de sociedade africanas que constituem outras tantas formas de organização social e que correspondem a gradações diferentes de complexidade social. Vamos abordar uma sociedade de bandos de caçadores-recolectores, uma sociedade segmentária-linhageira e uma sociedade tributária.

### A SOCIEDADE DE CAÇADORES RE- COLECTORES

Os bosquímanos ou bushman, como já atrás referimos, constituem uma sociedade de caçadores-recolectores. A sua designação é eurocêntrica, de origem inglesa (bush + man), e nós, portugueses, adaptámos a corruptela bosquímano.

A sua estrutura do parentesco é estrutura plurifuncional na medida em que se oferece enquanto ossatura para a organização da totalidade social. As relações de poder, as relações económicas e as relações simbólicas operam e estruturam-se sobre esse único edifício.

Pouco transformam a natureza. A caça desempenhada pelos homens e a recollecção sob responsabilidade das mulheres são as suas actividades de produção. Os seus instrumentos de trabalho são a zagaia e o arco e a flecha. "O arco bosquímano é curto, a sua parte de madeira oferece uma secção circular e a sua corda é feita de um tendão. As flechas são envenenadas com uma mistura de suco de eufórbio e veneno de serpentes e aranhas esmagadas."<sup>(10)</sup> Mais não domesticam/transformam a natureza; a domesticação dos animais e das plantas é-lhes desconhecida. Como vivem no deserto do Kalahari, zona inhospitaleira, parca em recursos energéticos, os bandos são obrigados a ocupar grandes territórios e a praticar com fre-

quência o nomadismo em procura de novos recursos: "A perseguição da caça e a procura dos raros lugares onde existe água impõem uma vida sempre errante, onde os abrigos são geralmente feitos de casca de árvores e cobertos de erva."<sup>(11)</sup>

A sua organização política assenta geralmente em dois chefes: um mais ágil e um mais velho o que confirma o princípio político da gerontocracia,<sup>(12)</sup> que é tenue entre os bosquímanos. Quanto ao primeiro: "quem demonstra inteligência e capacidade é imediatamente reconhecido como guia e seguido, mesmo que não seja o chefe";<sup>(13)</sup> o chefe mais velho é designado por Marshall por "proprietário ou guarda do território".<sup>(14)</sup> Esta situação de guardião da terra é, aliás, generalizada na África Negra. Os mais velhos são os representantes vivos dos antepassados míticos, considerados os verdadeiros proprietários da terra, porque foram eles os primeiros a ocupá-la.

O outro chefe é o "caçador mais hábil, que tem também as funções de sacerdote".<sup>(15)</sup>

### AS SOCIEDADES SEGMENTÁRIAS LINHAGEIRAS

O que podemos entender por sociedade segmentária linhageira? Primeiro que tudo há que referir que estas sociedades se organizam também a partir de e sobre a estrutura do parentesco, tendo por estrutura maior o clã. Segundo Marc Augé "dois indivíduos são parentes se um descende do outro (laços de filiação directa) ou se ambos descendem ou afirmam descender dum (ou duma) antepassado(a) comum... o parentesco entre os dois indivíduos - quer seja real (quer dizer, que o laço social que estabelece assenta num laço biológico de consaguinidade) ou fictício (dizem-se parentes, consideram-se parentes e comportam-se como tal mesmo se, de facto, nenhum laço de consaguinidade existe entre um e outro) - é deter-

minado pelo facto de provirem - ou afirmarem provir - de uma mesma filiação. Assim sendo, esta pode ser real... ou mais ou menos fictícia...<sup>(16)</sup>

Vemos assim que o grupo de parentesco é, sobretudo, uma realidade social e não necessariamente biológica. E tal pode compreender-se porque a expressão maior da linhagem é o clã, grupo social que se define pelo conjunto de todos aqueles que se consideram, em virtude duma relação genealógica presumível, como descendentes em linha directa, paterna (patriclan) ou materna (matriclan) dum(a) antepassado(a) comum lendário ou mítico.<sup>(17)</sup>

Assim, a história do parentesco perde-se (e encontra-se) no território do sagrado ou pelo menos na lenda que é quase sempre sagrada.

Mas o parentesco não constitui uma realidade homogénea e linear constatando-se, frequentemente, contradições entre diferentes segmentos de linhagens. Segundo François Houtart, surge com frequência "uma contradição entre as unidades de produção (as famílias) e a unidade social 'proprietária' (o clã) [refere-se aqui à propriedade da terra], cuja organização interna, articulada sobre as relações de parentesco, regula a utilização do meio de produção e a participação na distribuição do produto social".<sup>(18)</sup>

Uma das sociedades segmentárias linhageiras mais bem estudadas é a sociedade Nuer, trabalho que se deve particularmente a Evans-Pritchard. "Os Nuer - diz este autor - são um povo nilótico, com cerca de 200.000 almas, habitando uma região de savana perto do Nilo e dos seus afluentes no Sudão Anglo-Egípcio."<sup>(19)</sup> Eles são, primordialmente, um povo pastoril. O vai-vém da transumância segue a alternância das estações secas e húmidas. Estão divididos em certo número de tribos, os grupos políticos mais vastos das suas sociedades, e estas tribos são segmentadas em secções e subsecções, correspondendo estruturalmente às linhagens dos

clãs dominantes em cada território tribal.<sup>(20)</sup>

Vemos que a organização política dos Nuer se edifica sobre a estrutura do parentesco e o mesmo se passa com a sua organização económica. Para o mostrar o mesmo autor afirma que "a aldeia é o grupo corpóreo, mais pequeno, de natureza política, entre os Nuer, e que a ... descrição da sua estrutura política ... teria de admitir a estrutura do parentesco e de afinidade dentro de uma aldeia".<sup>(21)</sup> Mas a unidade maior é a tribo e "cada tribo tem dentro dela um clã dominante que fornece uma estrutura de parentesco sobre a qual está edificado o agregado político".<sup>(22)</sup> Mas o que é a tribo Nuer? É antes de mais uma "unidade territorial" onde se deslocam os grupos de parentesco obedecendo a regras previamente estabelecidas, que se manifestam, nomeadamente, aquando da ocupação de um território por parte de uma colectividade, em que se deve dar primazia aos membros dos clãs aristocráticos: "Os homens mais influentes de uma aldeia são, geralmente, os chefes de famílias conjuntas - especialmente se são ricos em gado - de carácter forte e membros do clã aristocrático".<sup>(23)</sup>

Se já apontámos as relações entre o parentesco e o político, realcemos agora a relação entre o parentesco e o económico. A unidade de produção coincide com a família monogâmica. Ao homem compete a tarefa da pastorícia, como aliás em toda a África Negra. À mulher competem as tarefas agrícolas.

Já atrás referenciámos, para esta sociedade, a emergência de uma aristocracia política e económica. O privilégio estende-se para além do acesso à terra. Nas trocas matrimoniais também se manifesta. Se um homem não aristocracia quiser casar com uma mulher aristocrata deve pagar um dote maior do que aquele que circularia numa troca simétrica. Entre os bens do dote destaca-se, particularmente, o número de unidades de gado bovino. Assim vemos que, através das alianças matrimoniais, se refor-

çam também as assimetrias sociais entre aristocratas e não aristocratas.

Os aristocratas são aristocratas porque se diz descenderem dos antepassados fundadores. Estão por isso mais próximos do sagrado. E este poder de função legitima a sua própria transformação em poder de acumulação. É aqui que reside, muito provavelmente, a génese de um grupo social sobre o qual se alicerçam, posteriormente, as primeiras formas de estado.

### AS SOCIEDADES TRIBUTÁRIAS

Incluimos neste grupo os reinos e impérios africanos, americanos e asiáticos précoloniais. Antes da expansão europeia já existiam por todo o mundo sociedades organizadas com estado, desde os reinos mais simples como os chefados Uolofes do Senegal até aos reinos Yoruba e Congolês, em África, aos Impérios Inca e Maia, na América précolombiana, aos Impérios Asiáticos um pouco espalhados pelo Oriente, como o Chinês, o Japonês, o da Índia, etc.

A característica fundamental deste tipo de sociedades "é a de combinar a produção colectiva ao nível das comunidades aldeãs com a exploração por parte da autoridade estatal através da apropriação do tributo quer através da mobilização e desenraizamento de grandes massas aldeãs para servirem directamente o Estado na realização de tarefas que não poderiam ser realizadas por parte das comunidades aldeãs: construção de canais de irrigação (Egipto), construção de muralhas de defesa (China), realização de comércio a grandes distâncias (Zimbabwé), etc." (25)

Nas sociedades tributárias existe a combinação de novas formas de organização com as anteriores formas de organização: O estado que surge agora não destrói a organização social edificada sobre o parentesco, realizando-se praticamente toda a produção no quadro das comunidades aldeãs.

Qual a origem deste tipo de sociedades, qual a origem do estado? "Devemos sublinhar que os grupos sociais dominantes associados ao estado se organizam [eles também, como as comunidades aldeãs] na base das relações de parentesco. De facto... são herdeiros dos clãs aristocráticos das sociedades segmentárias linhageiras que por essa razão puderam, ao longo da história, escolher as melhores terras e, dessa forma, acumular cada vez mais riqueza. É no seio das sociedades segmentárias linhageiras que devemos procurar a génese das sociedades tributárias..." (26)

"A sociedade tributária emerge harmonicamente da sociedade linhageira, sem recurso à violência, enquanto processo naturalizado, por intermédio da apropriação do sobreproduto do trabalho ou do produto do sobretrabalho das comunidades aldeãs por parte dos clãs aristocratas que se transformam em 'unidade superior' de tal forma que, gradualmente, esta 'instância política dispõe da propriedade eminente do meio de produção, restando às comunidades aldeãs apenas o seu uso'." (27) É pois um processo endógeno bipolarizando dois grandes grupos de actores sociais" (28)

Estes privilégios consolidam, progressivamente, a desigualdade no seio destas sociedades, o que permite que alguns grupos de parentesco se afastem da produção directa. Mas às linhagens aristocráticas, que vão criando o poder de estado, competem as práticas religiosas que vêm legitimar o pagamento dum tributo que constitui "um dos elementos de uma troca imaginária, troca do tributo, por um lado, com bens religiosos e políticos, por outro". (29)

Vejamos o caso concreto da sociedade tributária shona situada no planalto Matabele, ocupando uma vasta região nos actuais territórios de Moçambique e do Zimbabwé.

Esta sociedade consolida-se enquanto Império Tributário antes da chegada dos europeus nos finais do séc.XV. Mas o impacto do poder mercantilista e

mais tarde (séc.XIX) das invasões an-gunes vindas do sul acabam por pôr termo a esta sociedade tributária. Podemos dividir a sua história em três grandes períodos:

1 - O período Zimbabwé, cuja capital se situava no local das ruínas do mesmo nome;

2 - O período Monomotapa, que vai desde os finais do sec.XV até 1693;

3 - O período Changamire, que vai desde 1693 até à queda do Império.

Na primeira fase não constatamos ainda a existência do Império, mas apenas a presença de um estado poderoso que, apesar de manter grande ascendência sobre a região, ainda não impôs, contudo, a sua hegemonia. A côrte possuía grandes manadas que asseguravam o seu poder e o seu prestígio.

Mas nos finais do sec.XV, num movimento expansionista para norte, esse estado ocupa toda a região compreendida entre o rio Zambeze (ao norte) e o rio Limpopo (ao sul) e entre o mar (a leste) e o deserto do Kalahari (a oeste). A aristocracia dominante fixa a sua capital mais a norte, a sul do Zambeze, dando origem ao estado Monomotapa.<sup>(30)</sup> "Este movimento migratório permitiu a apropriação das minas de ouro pelo Imperador assim como o monopólio do comércio externo... O Império Monomotapa chegou a controlar inumeráveis régu-los e reinos de grande dimensão tais como o Quiteve, o Sedanda, o Manica, o Quissanga e o Barué, sobre os quais lançava tributos".<sup>(31)</sup>

A exploração mineira era centralizada pelo Estado Imperial. A maior parte do ouro revestia para as mãos da aristocracia dirigente que assim podia adquirir, através do comércio externo, os bens de prestígio que asseguravam o fausto da côrte. Este acesso exclusivo aos bens de prestígio permitia assegurar uma rede de alianças mais ou menos fieis, através da distribuição de parte desses bens pelos membros do Estado e pelos membros dos estados vassallos.

Esta "unidade superior" já se havia há muito distanciado da produção directa dos bens de subsistência. Ela assegurava as tarefas de gestão social e ainda algumas funções religiosas (ao Imperador competia fazer chover) o que lhes permitia legitimar a colecta do tributo.

As comunidades aldeãs continuam a funcionar como o faziam tradicionalmente. Dedicam-se à agricultura e à pequena pastorícia organizando-se na base da estrutura do parentesco. Contudo, em tarefas como o trabalho mineiro, grande quantidade de homens, mulheres e crianças são desenraizados das suas comunidades aldeãs e integrados em grandes contingentes ao serviço da aristocracia de estado.

A dinastia Changamire que mais tarde chega a dominar todo o Império, repõe os fundamentos da sociedade tributária que se estavam a desintegrar sob o efeito das cedências e das alianças da antiga aristocracia com mercadores e militares portugueses.

A sociedade tributária shona é um exemplo notável de organização estatal em África. Para além do seu domínio territorial, o seu estado podia mobilizar dezenas e dezenas de milhares de soldados. A sua côrte contava centenas de funcionários. O Imperador chegou a dispôr de mais de uma centena de esposas. Tudo isto mostra a existência de um estado poderoso, o que ficou cristalizado nas ruínas imponentes que nos legou essa civilização.

## NOTA FINAL

Não esgotámos o campo da antropologia. Os exemplos que referenciamos situaram-se todos no continente africano. E mesmo esses foram apresentados de uma forma sumária. Uma tal atitude não se deve a um posicionamento reducionista ou simplificador da nossa parte. O objectivo que nos propusemos fazer um artigo sobre o campo da antropologia, tema vasto e de grande com-

plexidade, comporta naturalmente desvantagens. E aqui a desvantagem fundamental é a de ficar muito por dizer.

## NOTAS

(1) - **M. Godelier** - Horizontes da Antropologia, Edições 70, Lisboa s.d., pp. 49-50.

(2) - **B. Bernardi** - Introdução aos Estudos Etno-Antropológicos, Edições 70, Lisboa, 1978, p. 19.

(3) - *Ibidem*

(4) - **B. Bernardi**, op cit., p. 10.

(5) - *Ibidem*

(6) - **M. Titiev** - Introdução à Antropologia Cultural, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1972, p. 20.

(7) - **E. Morin** define noologia como a "organização própria, nomeadamente lógica e paradigmática" da "realidade específica das 'coisas do espírito'" (E. Morin, O Método III - O conhecimento do Conhecimento/1, Publicações Europa-América, Lisboa, s.d., p. 223.

(8) - Entendemos por sociedades periféricas as sociedades tradicionais da América, da África Negra e do Pacífico que, se bem que integradas no interior dos territórios de estados modernos, não se articulam, nem ao nível económico nem ao nível político com os sistemas socio-políticos dominantes. Incluímos ainda dentro desta designação as comunidades rurais das sociedades industrializadas que se mantêm à margem dessa industrialização, dos seus mecanismos de poder e de circulação de mercadorias.

(9) - **M. Godelier**, op cit., p. 51.

(10) - **Denise Paulme** - As civilizações Africanas, Publicações Europa-América, Lisboa, 1977, p. 60.

(11) - *Ibidem*

(12) - Gerontocracia = poder dos mais velhos. Nas sociedades africanas, como em todas as sociedades sem escrita, o saber é transmitido por via oral e os mais velhos, que são os seus depositários, transmitem-no às novas gerações. Tal poder de função assegura grande prestígio social.

(13) - **Bernardo Bernardi**, op cit, p. 320.

(14) - *Ibidem*

(15) - **Herbert Tichner** - Etnologia, Editora Meridiano, Lisboa, 1972, p. 53.

(16) - **Marc augé** - Os Domínios do Parentesco, Edições 70, Lisboa, 1978, p. 13.

(17) - **Marc augé**, op. cit., p. 33.

(18) - **F. Houtart** - Religion et Modes de Production Précapitalistes, Editions de l'Université de Bruxelles, Bruxelles, 1980, p. 9.

(19) - Recorde-se que os trabalhos de Evans-Pritchard sobre os Nuer foram realizados durante a colonização Britânica daquela região.

(20) - **Evans-Pritchard** - Parentesco e Comunidade local entre os Nuer, in Radcliffe-Brown et al - Sistemas Políticos Africanos de Parentesco e Casamento, ed. Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1982, p. 479.

(21) - *Ibidem*, p. 478.

(22) - **Evans-Pritchard** - Os Nuer do Sul do Sudão, in Evans-Pritchard et al - Sistemas Políticos Africanos, Edições Calouste Gulbenkian, Lisboa, s.d., p. 479.

(23) - *Ibidem*, p. 505.

(25) - **José A. Orta** - Sobre o Modo de Produção Tributário, in Vértice, no Jan/90, p.77.

(26) - *Ibidem*, p.79.

(27) - **François Houtart**, op.cit., p. 11.

(28) - **José A. Orta** - Religion et Société Tributaire - L'Aurore de l'Empire Monomotapa (Comunicação apresentada no colóquio "Eurocentrismo ou Policentrismo" - Out/90 - Université de Louvain-la-Neuve), in Social Compass (no prelo).

(29) - **José A. Orta** - Sobre o Modo de, p.79.

(30) - sobre as migrações banto para o Norte do planalto Matabele e sobre a fundação do Império Monomotapa ver: David Beach - The Shona and the Zimbabwe, Heinemann, Londres, 1980.

(31) - **José A. Orta** - Religion et Société Tributaire...